

Diário Oficial

Poder Executivo

Seção I

Estado de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344

Nº 70 – DOE – 14/04/21 – seção 1 – p.22

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Comunicado

Balanco Patrimonial - Hospital Regional do Vale do Paraíba - Sociedade Beneficente São Camilo

Sociedade Beneficente São Camilo
(Hospital Regional do Vale do Paraíba)
CNPJ/MF 09.975.737/0072-45

Balanco Patrimonial (em R\$ 1.000)			
	31/12/2020 (R\$)	31/12/2019 (R\$)	
Circulante (Ativo)			
Caixa e equivalentes de caixa	2.2 (a) 13	8.965.981,91	8.437.575,84
Contas a Receber - Conv. e SUS	4	14.305.122,50	17.867.750,07
Direitos a Faturar (CPC47)	4	4.345.910,32	0,00
Dúvidas	2.2 (b) 5	553.295,00	220.069,58
Dúvidas Créditos	2.2 (c) 6	4.771.184,17	3.418.903,58
Despesas Antecipadas	2.2 (e)	5.599,13	5.550,21
Total do Ativo Circulante		32.968.062,93	29.956.949,22
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo	2.2 (e)	1.525.652,51	1.460.389,10
Imobilizado - Intangível			
Imobilizado - Gestão Pública	2.2 (e) 17	65.336.197,60	61.275.895,89
(-) Depreciação Acumulada	2.2 (e) 17	(41.990.579,39)	(38.628.175,54)
Intangível - Gestão Pública	2.2 (e) 17	1.177.021,12	1.087.964,34
(-) Amortização Acumulada	2.2 (e) 17	(889.638,42)	(775.931,70)
Total do Ativo Não Circulante		25.138.654,66	24.219.742,03
Total do Ativo		58.106.717,61	54.176.591,31

Demonstrativo de Mutações em Patrimônio Social (em R\$ 1.000)			
Descrição	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit)	Total Patrimônio do Exercício
Saldo em 31/12/2018	21.335.596,82	486.995,76	21.822.592,58
Incorporação do resultado anterior	486.995,76	(486.995,76)	-
Déficit Exercício	-	(2.147.518,19)	(2.147.518,19)
Saldo em 31/12/2019	21.822.592,58	(2.147.518,19)	19.674.984,39
Incorporação do resultado anterior	(2.147.518,19)	2.147.518,19	-
Superávit do Exercício	-	4.979.656,02	4.979.656,02
Saldo em 31/12/2020	19.674.984,39	4.979.656,02	24.654.640,41

1. CONTEXTO OPERACIONAL A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (Matriz), mantenedora do HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (filial), é pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como instituição filantrópica, com sede e foro jurídica na cidade de São Paulo, fundada em 17 de julho de 1923 e registrada no Conselho Nacional do Serviço Social, processo n.º 23.065/98, em 02 de novembro de 1938. A Sociedade Beneficente São Camilo tem as seguintes finalidades: I. Prestar assistência a saia a quanto buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra condição, prestando serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor. II. Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas, faculdades e outros cursos e franquias; 4. Recusar a quem de direito os procurrer, podendo oferecer bolsas de estudo e financiar atividades que visem o preparo de recursos humanos na área de Saúde. III. Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias. IV. Prestar serviços de assistência social ao menor, através de creches e maternais. Este é um hospital geral voltado para a média e alta complexidade, com sede na cidade de Taubaté, tendo como núcleo principal o atendimento cirúrgico, contando atualmente com 249 leitos e corpo clínico com mais de 500 médicos cadastrados, o que o torna referência para 39 municípios do Estado de São Paulo. O Hospital Regional do Vale do Paraíba manteve o convênio nº 011.0500.00082015 iniciado em 01/07/2015 e finalizado em 30/06/2020 com aditivos de reatratificação entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo em 30/06/2020. A Sociedade Beneficente São Camilo e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo celebraram novo convênio, o SPODC nº 0162370/2020, com prazo de vigência de cinco anos iniciando em 01/07/2020. 2. PRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2.1.1. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, requeridas para o período findo em 31 de dezembro de 2020, que correspondem às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos. A elaboração das demonstrações financeiras foi concluída pela administração em 31 de janeiro de 2021. A moeda funcional e moeda de apresentação destas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. C. Uso de estimativas e julgamentos A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação da perda estimada de créditos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são reveladas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. D. Base de mensuração As demonstrações financeiras foram preparadas inicialmente com base no custo histórico. 2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS (Caixa e Equivalentes de Caixa Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações em contas de caderneta de poupança mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha. As aplicações em contas de caderneta de poupança são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são registradas sem perda de valor. B. Estoques estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado e, em geral, compreendem o material na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.). C. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que os benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. (j) Ajuste a Valor Presente. (k) Outros Ativos e Passivos A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e neste exercício não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem para serem ajustadas a valor presente. (l) Imobilizado e Intangível Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação/amortização acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas em consideração

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	31/12/2020 (R\$)	31/12/2019 (R\$)	
Caixa geral - Rec. Próprio Sem restrição	2.001,80	2.021,60	
Contas Correntes - Recurso Próprio - Sem restrição	7.504,70	62,40	
Aplicações financeiras - Rec. Público - Com restrição	2.974.931,00	3.877.399,46	
Aplicações financeiras - Rec. Próprio - Sem restrição	0,00	4.528.132,36	
	8.985.981,81	8.437.575,84	

4. CRÉDITOS COM PACIENTES E CONVÊNIO			
	31/12/2020 (R\$)	31/12/2019 (R\$)	
Ativo Circulante			
Créditos com Pacientes Particulares	2.095.909,44	1.453.913,95	
Créditos com Pacientes Convênios	10.922.259,17	14.464.216,79	
Créditos do SUS	6.411.527,23	5.594.100,86	
(-) Perdas Estimadas em Créditos	(3.598.473,24)	(3.684.381,53)	
	14.305.122,50	17.867.750,07	
Direitos a Faturar (CPC 47)	4.345.910,32	-	
	18.651.032,82	17.867.750,07	

5. OUTROS CRÉDITOS			
	31/12/2020 (R\$)	31/12/2019 (R\$)	
Outros Créditos - Circulante			
Créditos de Funcionários	508.803,88	71.481,27	
Empréstimos de Mat.Medic.	1.365,28	1.246,76	
Outros Créditos	43.095,84	153.341,49	
	553.265,00	226.069,52	

6. ESTOQUES			
	31/12/2020 (R\$)	31/12/2019 (R\$)	
Estoque - Circulante			
Drogas e Medicamentos	1.793.322,06	1.376.789,96	
Materiais de uso paciente	1.333.302,90	1.300.454,99	
Gêneros Alimentícios	30.996,42	20.835,34	
Produtos de Limpeza	42.516,94	73.605,53	
Impressos Mat. de Expediente	23.975,86	34.597,14	
Materiais de Laboratório	82.615,40	98.842,99	
Materiais Especiais	217.851,65	246.307,10	
Outros Materiais	1.246.602,94	267.470,53	
	4.771.184,17	3.418.903,58	

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - GESTÃO PÚBLICA			
	31/12/2020 (R\$)	31/12/2020 (R\$)	Taxa de Depreciação/Amortização
Imobilizado			
Gestão Pública	31/12/2020	31/12/2020	Deprec.
Benf. Imóveis de 3º. Móveis e Itens de Equip. Inform. Apar. Inf. Instrum.	29.682.099,89	29.682.099,89	4%
	14.330.003,43	14.570.408,92	10%
Medicina/Cirurgia Equip. Proc. Dados Equip. de laboratório instalações	13.428.438,89	16.316.842,45	20%
	1.800.947,68	2.071.541,22	20%
	146.411,60	146.679,65	20%
	1.227.885,42	1.241.551,14	10%
Mov. Mau, Equip. TA 02/2020	27.451,38	27.609,38	10%
Outros Imobilizados	0,00	537.885,37	10%
Itens	543.757,00	660.799,88	10%
Total	61.275.895,89	65.336.197,60	20%
(-) Depreciação Acumulada	(38.828.175,54)	(41.990.579,39)	
Intangível	2.244.720,35	23.345.616,21	

8. FORNECEDORES			
	31/12/2020 (R\$)	31/12/2019 (R\$)	
Forneç. de Mat. Medicamentos	3.053.894,51	3.343.373,71	
Forneç. de Serviços Médicos	266.648,11	83.270,38	
Forneç. de Serviços Diversos	241.963,13	266.086,86	
Forneç. de Imobilizado	127.763,93	147.738,45	
Forneç. de Mat. Consignados	3.572.220,88	4.201.396,37	
Forneç. de Mat. Diversos	1.204.483,93	1.040.805,35	
Total Fornecedores	8.466.978,08	9.084.796,18	

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
Centro de Documentação
ctd@saude.sp.gov.br

Sociedade Beneficente São Camilo
(Hospital Regional do Vale do Paraíba)
CNPJ/MF 60.975.737/0072-45

Relatório da Diretoria

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Obrigações	31/12/2020 R\$	31/12/2019 R\$
Ordenados a Pagar	3.232.021,09	3.179.036,55
Provisão de Férias e Encargos	6.667.618,93	5.459.115,63
Obrigações Trabalhistas	9.899.640,02	8.638.152,18

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Obrigações	31/12/2020 R\$	31/12/2019 R\$
FGTS a Recolher	506.258,72	503.394,41
INSS a Recolher	366.693,98	374.474,73
INSS a Recolher de Terceiros	18.433,40	20.775,49
Outras Obrigações Sociais	460,80	553,62
Obrigações Sociais	891.846,90	899.198,25

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Obrigações	31/12/2020 R\$	31/12/2019 R\$
IRRF a Recolher	547.164,73	497.781,77
IRRF a Recolher de Terceiros	56.644,26	64.918,31
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	187.835,55	209.760,86
ISS na Fonte a Recolher	76.371,90	89.641,67
Obrigações Fiscais	868.016,44	862.102,61

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Obrigações	31/12/2020 R\$	31/12/2019 R\$
Honorários Médicos a Pagar	5.629.291,52	6.359.872,85
Contas a Pagar	1.530.922,48	1.265.483,45
Empréstimos a Repassar	74.779,07	99.534,94
Outras Obrigações	346.540,43	39.506,91
Empréstimos de Materiais	0,00	1.532,37
Obrigações Circulantes	7.581.533,50	7.765.930,52

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

O Hospital efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão de acordo com os critérios determinados pela administração, incluindo bases históricas.

Para fins de divulgação, os riscos de perda provável e possível correspondem a:

Parecer Jurídico - Processos Judiciais	
Risco de Perda	R\$
Risco Possível	14.413.661,84
Risco Provável	4.502.515,48

17. RECEITAS OPERACIONAIS 2020 (RECEITAS ALHEIAS)

ANO 2020	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			TOTAL
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
DEMAS RECIBITAS	6.909.266,41	5.603.628,36	6.347.689,60	3.495.833,80	3.532.329,81	3.871.856,95	5.069.347,29	6.487.712,45	4.742.646,93	6.630.797,53	7.145.304,61	7.936.623,35	67.772.977,09
Particulares	242.940,07	166.629,75	15.293,95	39.493,41	93.079,75	71.773,52	223.856,95	116.387,39	80.713,91	121.325,32	143.430,10	120.378,68	1.735.165,80
Convênios Privados (-) Glosas	6.237.710,23	5.343.512,86	5.878.792,95	3.023.403,30	3.302.967,54	3.427.856,08	4.614.179,55	3.802.793,72	4.546.483,90	6.189.799,06	6.899.841,42	6.891.051,89	60.047.891,50
Doações Mat. Med. Imob.	428.566,11	93.485,75	153.002,70	432.937,09	136.862,52	372.228,35	231.510,79	2.478.531,34	115.448,12	319.673,15	402.170,09	825.192,78	5.989.919,79
RECEITAS DIVERSAS	49.442,68	40.792,62	51.913,15	40.658,15	42.189,03	74.460,68	85.193,41	90.075,80	41.304,44	43.476,34	82.102,96	1.563.817,46	2.103.426,12
Ganhos de Capital	-	-	-	-	-	2.878,34	3.962,30	-	-	4.598,61	3.559,90	35.914,65	50.914,00
Recuperadas Diversas	25.249,56	22.244,30	21.241,54	19.188,96	21.025,20	19.065,26	24.936,02	15.491,76	15.882,78	14.885,55	20.452,16	1.497.117,62	1.716.577,73
Outras Receitas Diversas	9.196,12	1.171,03	10.498,08	6.457,16	6.163,83	9.676,03	5.380,06	18.184,72	10.341,60	6.523,26	12.053,63	6.751,89	102.407,31
Glosas Recuperadas	-	2.377,29	5.172,63	12,03	-	27.840,45	3.905,43	1.399,32	280,06	2.468,72	1.037,25	9.133,30	53.628,48
Convênio com UNITAU	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	180.000,00
RECEITAS FINANCEIRAS	16.721,61	12.898,42	12.826,92	16.268,64	9.017,78	19.749,06	41.157,33	11.402,90	18.662,26	25.049,46	15.380,09	12.328,24	32.776,14
Rendimentos de Aplicações	8.294,43	6.217,77	4.922,72	4.654,17	5.960,12	4.673,44	5.897,10	4.285,44	4.633,64	4.492,27	5.889,44	4.897,00	64.607,64
Juros e Correções Mon.	0,01	-	-	869,32	0,12	-	27,27	0,01	-	8.473,67	5.953,08	3.700,28	19.113,76
Descontos Obtidos	8.427,17	5.870,85	7.604,20	10.745,15	3.357,54	186.075,62	26.233,01	7.117,45	3.552,98	11.583,42	3.526,57	3.460,98	288.554,74
TOTAL POR MÊS	6.975.370,70	5.656.509,40	6.412.129,67	3.552.760,59	3.583.536,62	4.137.066,09	5.163.698,08	6.549.191,15	4.792.137,99	6.700.823,33	7.212.776,66	9.512.679,07	76.248.679,35
TOTAL POR TRIMESTRE	19.044.099,77			11.273.363,30			16.565.027,22			23.426.279,06			

Márcio do Espírito Santo - Diretor Administrativo - CRA-SP 94662

Nilton Cesar dos Santos - Diretor Financeiro - CRA-SP 78362

Irene Rodrigues Damasceno de Oliveira - CRC CT 1SP 182612/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO mantenedora do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAIBA, Taubaté - SP, OPINIAO Examinamos as demonstrações financeiras da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO referente ao convênio para gestão do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAIBA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO referente ao convênio para gestão do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAIBA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBCTG 1000), e a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002). BASE PARA OPINIAO Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde - CEBAS, mas o processo de renovação do CEBAS está em curso no Ministério da Saúde, com nº 25000.178642/2015-39 e nº 25000.108350/2019-62. As demonstrações financeiras não refletem nenhum ajuste exigido caso não seja renovado referido certificado. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

OUTROS ASSUNTOS Litura das demonstrações financeiras Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA não possui personalidade jurídica própria, visto que a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO é a responsável pela operacionalização, administração e execução das atividades e dos serviços de saúde e de entidade. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente São Camilo. RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à reversão significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequadas; Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. São Paulo, 31 de janeiro de 2021. MACS/O LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES CRC 2SP03482/O-3 Vagner Alves de Lira CTCRCNº SP222941/O-8